

O CANDOMBLÉ ANGOLA: ENTRE A INTOLERÂNCIA E A PERMISSÃO RELIGIOSA DE ORIGEM AFRICANA

*Luciano Neves Souza*¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*Jussara Moreira*²

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Resumo: Esse artigo tem por objetivo geral conhecer os aspectos da inserção do Candomblé Angola dentro da formação religiosa da cidade de Itapetinga-BA. Cabe pontuar que foi o silenciamento orquestrado pela história oficial de Itapetinga acerca da presença do Negro e da Negra em sua constituição social, que nos levou a buscar dentro do passado da cidade a presença desses africanos. Tal investigação desenvolvida no decorrer de nossa graduação, teve por recorte de tempo do segundo semestre de 2014 ao primeiro semestre de 2018. Logo, o estudo encontrou sustentação nos conceitos de memória, religião e legislação, respectivamente adquiridos nas leituras em Bosi (2010), Amin (2009), Moreira (2016), dentre outros autores. A direção para a pesquisa foi encontrada na abordagem qualitativa e teve por instrumento metodológico a memória. Como resultado foi possível verificar que, em Itapetinga, existiu raízes do Candomblé Angola, revelados no cotidiano das pessoas através da cultura popular da cidade.

Palavras-Chave: Religião. Memória. Legislação.

Introdução

A importância das políticas públicas dentro de um modelo de Estado onde predomina a laicidade como é o caso do Brasil, encontra-se em permitir a composição de uma sociedade plural, sem minimizar o papel do negro ou do indígena como protagonista da construção dessa realidade social. Isto está no princípio da igualdade de direitos, garantido desde 1988 pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, *online*). Porém, tornou-se visível dentro do senso comum, especialmente pós Eleição de 2018, a configuração de um governo de cunho direitista, cuja pauta política conservadora, camuflada sob a égide de um discurso religioso cristão, negligencia a diversidade de gênero e rejeita as minorias excluídas.

¹ Discente do Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade e Graduado em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB. E-mail: nevezluciano@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais – com Área de Concentração em Sociologia – pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora de Políticas Públicas e Legislação Educacional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orientadora da Pesquisa e artigo em referência. E-mail: jussamoreira@oi.com.br.

Esse modelo de Estado com viés direitista, tem gerado discussões entre os preceitos laicos *versus* conceitos religiosos, estimulando os conflitos dentre os mais diversos grupos étnicos, religiosos e sociais. O caráter confessional do ensino religioso de natureza cristã, herança colonial, agregado a própria cultura que envolve a práxis pedagógica, galgou nessa configuração pós eleição 2018, maiores dificuldades para incluir as tradições e os saberes africanos nas escolas de Itapetinga, aos quais foram determinados pela lei 10.639 de 2003, retificada com a inclusão da história indígena através da Lei 11.645 de 2008. Essa afirmação parte de um estudo efetuado no decorrer dos nossos estágios³ em Populações Diferenciadas e Gestão Educacional, ao qual foi desenvolvido no decorrer de 2018 nas escolas da cidade de Itapetinga-Bahia.

Assim, cabe informar que, os dados aqui relatados, nasceram em três momentos de nossa vida acadêmica. Tudo começou com uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2014 sobre o “Mapeamento das Casas de Religião e Cultura de Matriz Africana da Cidade de Itapetinga-Bahia”; posteriormente, durante a prática interdisciplinar dos Estágios mencionados; e finalmente, em nossa pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso, intitulado por: “Branco e Negro: a Memória Religiosa do Candomblé Angola em Itapetinga-Bahia”, apresentado ao término da Licenciatura em Pedagogia em 2018. Ou seja, o recorte de tempo dessa investigação foi do segundo semestre de 2014 ao primeiro semestre de 2018.

No decorrer desse período foi verificado que Itapetinga pertence ao Território de Identidade Cultural Médio Sudoeste da Bahia, cuja população foi estimada em 77.533 mil habitantes (IBGE, 2017, *online*). O nascimento do território, no qual está situada a cidade, inicia-se em “meados do século XVIII, [quando entra para] a história a região do Sertão da Ressaca [e] o Município de Vitória da Conquista” (GOMES, 2013, p.16). Foi a partir dessa formação territorial que, ainda como área distrital de Vitória da Conquista, em 1924, surgiu o pequeno povoado chamado por Itatinga. A partir da década de 40 por uma decisão da política nacional, Itatinga (a pedra branca) passou a ser denominada por Itapetinga, ganhando a sua emancipação política em 1952 (MOREIRA, 2016).

Emergem assim a seguinte indagação: será que o Candomblé Angola esteve presente na Itapetinga ainda nascente, se existiu porque o silenciamento das escolas da cidade sobre

³ Esses Estágios –interdisciplinar- ocorreu no VIII semestre do curso de Pedagogia do Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Itapetinga. Trata-se do Componente Curricular do Estágio III – Ensino Fundamental – Séries Iniciais – Populações Diferenciadas e do Componente Curricular Estágio IV – Gestão Educacional.

essa memória? Logo, os conceitos de memória, religião e legislação nos conduziu aos estudos efetuados em Bosi (2010), Oliveira (2007), Nunes (2013), Amin (2009), Moreira (2016) dentre outros autores. Nestas leituras pôde ser compreendido que, os afro-brasileiros, para garantir as sobrevivências das suas tradições étnico-religiosas-culturais, alimentaram as memórias das gerações, desde a chegada do negro e da negra no Brasil. Tomando esse contexto como vivo, se desejou como objetivo geral: conhecer os aspectos da inserção do Candomblé Angola dentro da formação religiosa da cidade de Itapetinga-BA.

A pesquisa ocorreu sob a abordagem qualitativa que, segundo Chizzotti (1991), mesmo não perdendo a objetividade científica sobre o fato social rompe com modelos quantitativos, a sua autoridade se encontra na possibilidade de considerar o caráter subjetivo do objeto a ser analisado. Foi dentro dessa indissociabilidade, entre a objetividade científica e a subjetividade humana, que buscamos entre os moradores de Itapetinga conhecer se ocorreram as manifestações das religiões de matriz africana, designadamente aquelas originadas do Candomblé Angola.

Nesse contexto, o instrumento metodológico incidiu sobre a memória, pois essa segundo Bosi (2010, p.484), na maior parte das vezes, permite lembrar, “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. A memória não é “sonho, é trabalho”. Se assim for, deve-se “duvidar da sobrevivência do passado, tal como foi”. A lembrança passa a ser “uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Id, Ib.). Com essa explicação obtida em Bosi (2010), também justificamos a relevância de nossa pesquisa que pretende, através da memória, construir as bases de uma religião não reconhecida dentro da formação social de Itapetinga.

Desse modo, aqui apresentaremos a estrutura na qual foi desenvolvido as nossas discussões; ou seja, em primeiro lugar, ora já demonstrado, falamos sobre o nosso objeto de investigação, conceitos, objetivo e percurso metodológico. Em seguida trazemos um olhar sobre o Candomblé Angola/Congo e a invisibilidade social do negro; o caminho da realização de nossa pesquisa; a formação identitária *banto/ bantu* em Itapetinga; o estigma da Rótula dos Orixás; e nossas considerações finais, onde mostramos os aspectos da Legislação Brasileira e o caráter confessional do ensino religioso dentro das escolas Itapetinguenses.

Candomblé Angola/Congo

A Nação Angola/Congo não deve de acordo com Nunes (2013) ser vista apenas como um aparelho institucional das tradições angolanas, trata-se de um campo simbólico onde se preservou através dos ritos um acervo de valores e saberes, que foram transmitidos pelos antepassados africanos. Afinal, durante o processo de escravização, o opressor (homem branco e cristão), desenvolveu mecanismos para fortalecer, perpetuar e manter toda uma cadeia de dominação (OLIVEIRA, 2007).

Essa dominação para Oliveira (2007), foi organizada desde que os escravos chegaram ao Brasil e foram separados em grupos de línguas, cultos, costumes, etnias de variados tipos, ocasionando um distanciamento ainda maior em suas crenças, saberes, religiões e culturas. Esse sistema de juntar na mesma senzala diversas etnias, fez com que os africanos escravizados desenvolvessem alternativas distintas para a sobrevivência de suas tradições étnico-religiosa e culturais.

O Candomblé têm buscado uma (re)ligação e o respeito à ancestralidade e a preservação do equilíbrio da natureza. Nas culturas tradicionais africanas é de suma importância o respeito às gerações passadas e ao conhecimento destas para a humanidade. [...] O mundo na cultura africana é pensado como na física como a interação atômica de energias (CUNHA, 2011, *online*).

Essa magia de interação entre homem, natureza e memória não encontrou um cenário favorável dentro da terra brasileira. O que houve foi uma relação entre os opressores (Igreja/Senhores) e oprimidos (Escravizados), o que nos conduz a verificar que:

Entre os séculos XVI e XIX ocorreu, no território brasileiro, a dispersão de africanos dos mais diversos grupos étnicos e culturais, capturados e trazidos para o Brasil na condição de escravos. Dentre eles chegaram os de origem *Bantos*, que vieram de regiões atualmente conhecidas como Angola, Congo, Guiné, Moçambique e Zaire (NUNES, 2013, p. 4).

Amin (2009), que tem a mesma linha de pensamento de Nunes (2013), sobre a origem Banto, traz em seus estudos um dado histórico daquilo que pode ser considerado como o primeiro registro escrito do termo Candomblé no Brasil, aparecendo então como “*Calundu*” e depois “*Batuque*”.

A documentação escrita existente informa que em 1807, um escravo angolano, conhecido por Antônio, foi autuado como presidente de um terreiro de “*Candombléis*”, [esse foi termo utilizado para designar os *Calundus* e os *Batuques*] na região de Canavieiras e de São Francisco do Conde. [...] assim, a palavra candomblé no Brasil é um termo originado dos descendentes do *Bantu/Banto* (AMIN, 2009, p.36).

No entanto, a ausência de estudos que tenham como foco a cultura e as características dos povos *Bantu/Banto*,

[...] reforça a ideia firmada por Nina Rodrigues e reafirmada por Edison Carneiro e Arthur Ramos de que os povos *Bantu* eram possuidores de uma mítica paupérrima, com ausência total de mitos cosmogônicos, razão porque teriam se apoderado da mítica e dos rituais nagô (SUN FLOWER, 2011, *online*).

Não podemos nos prender as ideias formuladas por esses historiadores em relação aos cultos de origem *Bantu*, se tomarmos como princípio a visão já exposta por Amin (2009). Contudo, é inegável a necessidade de busca as características específicas do Candomblé Angola, pois por causa do sincretismo com o Candomblé *Ketu*, ainda existe o desconhecimento acerca da temática. Diferente do Candomblé *Ketu* que trata as suas divindades por Orixás, o Candomblé *de* origem Congo\Angola nomeia todas as suas divindades, no plural, como *Mukissis* já uma única divindade é tratada no singular pelo termo *Nkisi*, que se pronuncia “inquices” (SUN FLOWER, 2011). Mas, o desconhecimento sobre as diferentes culturas religiosas negras, somente reforça a ideia de sua negação e invisibilidade dentro da sociedade brasileira.

Analisar o contexto do Brasil pós 13 de maio de 1888 e suas consequências, nos possibilita refletir sobre os processos de invisibilização e marginalização da população negra, ao qual foi gerada por um modelo de abolição, sem a responsabilidade de um Estado, que, lucrou com o tráfico dos negros escravizados. “Se na primeira metade do século XIX as discussões concentravam-se na abolição do tráfico humano, somente a partir de 1850 cresceram as pressões, no sentido de proibir a própria escravidão” (LEÃO, 2018, *online*).

Antes mesmo da Princesa Isabel assinar a Lei Aurea em 1888, já haviam esforços e movimentos internos e externos no Brasil, para pôr fim a escravidão. Segundo Leão (2018), Portugal já havia se comprometido em proibir o tráfico de escravos ao Norte da Linha do Equador, desde 1815, em um Congresso ocorrido na cidade de Viena, logo após o encerramento das guerras Napoleônicas. Leão (2018), chama a atenção também, para a Lei Feijó instituída em 1831, que determinava o fim do tráfico de escravos no Brasil e a sua pouca aplicabilidade na prática.

Levou ainda dezenove anos, especificamente em 1850, para se criar a Lei Eusébio de Queiroz, que põe fim ao tráfico transatlântico de escravos; em 1871 é aprovada a Lei Rio Branco, conhecida popularmente como “Lei do ventre-livre”; e, em 1885, se tem a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como “Lei dos Sexagenários”. Mas, em uma sociedade

marcada pelo modo de produção da escravidão, os mecanismos legais por si só não encontrariam respaldos sociais, se não houvesse uma camada elitista (conhecida como abolicionistas), a frente do movimento que buscava a libertação dos negros. Claro que os abolicionistas tinham um duplo interesse: o fortalecimento de uma área urbana industrial, ao mesmo tempo que, com a libertação dos negros, ficariam livres dos encargos sociais (LEÃO, 2018, *online*).

Ao fazermos esse percurso histórico-social, sinalizamos que as populações negras escravizadas, bem como, a sua cultura, língua, saberes, fazeres, religiosidade, foram durante todo o período da história brasileira invisibilizada, marginalizada e excluída. Contudo, esses mesmos sujeitos escravizados encontraram meios e mecanismos de preservarem, suas heranças, criando uma interligação entre África/Brasil gerando uma identidade própria e única, a qual conhecemos por afro-brasileiro. O “ser negro” dentro de uma sociedade marcada por preconceitos racistas não é fácil, talvez por esse motivo, eles tenham sido negados dentro do desenvolvimento urbano de Itapetinga, que teve o seu início histórico, como relembra Moreira (2016), em 1924, a partir da fundação de uma pequena vila.

Essa fundação, segundo Moreira (2016) ocorreu a partir da destruição da natureza e dos nativos que ali habitava, durante o processo de urbanização a cidade foi absorvida pelos dogmas cristãos protestantes (Batista) e católicos. Assim, não existe na história oficial nada relacionado aos indígenas (nativos) ou aos negros que ali chegaram. O que se encontra registrado na história e na memória dos moradores da cidade foi a solidez da Igreja Batista fundada em 1938 e a edificação da Igreja Católica, ocorrida em 1954, dois anos após a emancipação política de Itapetinga (MOREIRA, 2016).

Quanto a presença nas *nzós*⁴ do Candomblé Angola, em Itapetinga foram registrados por Moreira (2016), através da construção da memória de Dona Adotiva, cuidadora da Roça/Terreiro Fé e Razão São Lázaro *Tumbansi*⁵ pertencente a Nerisvaldo da Silva, conhecido como *Tatetú de Nkisi*⁶ *Katurazambi*⁷. Esse Candomblé Angola foi fundado em

⁴ “Nzós” significa “Casa” na língua *Kikongo* (DICIONÁRIO, 2018, *online*).

⁵ A palavra *Tumbansi* é de origem *Kimbundu*, no entanto, a grafia utilizada no Candomblé de Itapetinga é *Tombeci*. Cabe alertar ao leitor que por um respeito a sua origem, não deve se usar as letras C e I, por esse motivo aqui continuaremos a trazer a palavra com origem do candomblé Angola. O significado dessa palavra é casa/raiz, pedaço de chão terreno ou local (DICIONÁRIO, 2018, *online*).

⁶ *Tatetú-de- Nkisi*, e *Tata*, *Nkisi*, são palavras utilizadas no Candomblé Angola para designar o nome daquilo que no Brasil foi tratado como pai-de-santo, zelador de santo, com o mesmo significado de *babalorixá* do Candomblé *Ketu* (DICIONÁRIO, 2018, *online*).

1955 e em Moreira (2016), através das memórias dos moradores, aparece como se fosse o primeiro de Itapetinga. Entretanto, como mostrou a nossa pesquisa o Terreiro Fé e Razão São Lázaro *Tumbansi* não foi o precursor do Candomblé Angola na cidade, muito antes de 1955, já havia chegado Josefa Florentino, que posteriormente seria conhecida como Zefinha de *Odé Egunitá*⁸, isso ocorreu por volta do ano de 1942.

O caminho da realização de nossa pesquisa

Como já indicamos na introdução desse texto, essa pesquisa foi resultado de três ações durante a nossa vida acadêmica. Inicialmente buscamos mapear o quantitativo de Terreiros de candomblé e Umbanda existentes na área urbana de Itapetinga. O levantamento censitário através de um questionário fechado, coletado pelo coletivo “Pró-equidade cabeça de Boi”⁹, mapeou e identificou em 2014 a existência de seis (6) Terreiros de Candomblé da Nação Angola e três (3) Centros de Umbanda. Esse levantamento foi revisto no ano seguinte (2015), constando o fechamento de um (1) terreiro de candomblé, tendo como motivo a mudança da liderança religiosa para outro Estado. Até esse “Mapeamento”, não havia registros oficiais sobre os dados da Religião de Matriz Africana dentro da cidade. Além disso, no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o órgão apresenta como se na cidade somente existissem trinta e seis (36) adeptos do Candomblé e repete o mesmo número, para os seguidores da Umbanda (MOREIRA, 2016).

Essa constatação coletada por Moreira (2016) nos dados do IBGE em 2010 e comprovada em nossos estudos, por si só já apresenta um equívoco conceitual religioso, pois, não separa quem é adepto da Umbanda daqueles que são membros do Candomblé *Ketu* ou Candomblé Angola (*Bantu*). Ao nosso olhar, isso reflete as representações brancas e visões cristãs mostradas pela pesquisa de Moreira (2016) dentro da cidade. O que dialoga perfeitamente com a literatura acerca da temática da intolerância religiosa e a falta de visibilidade conferida as Religiões de Matriz Africana em Itapetinga.

⁷ É um nome que o iniciado no Candomblé recebe para designar a qual Nkisi, (divindade do panteão banto), ao qual pertence. No sincretismo Angola/Ketu se associa aos orixás de tradição *Yorubá*.

⁸ *Odé* é o mesmo que caçador em *Yorubá*; *Egunitá* é uma qualidade atribuída a Nkisi Matamba (divindade feminina) em Candomblé Angola (DICIONÁRIO, 2018, *online*).

⁹ Grupo de Estudo, existente entre 2014/2016, formado por estudantes dos quatros cursos de licenciatura do Campus da UESB de Itapetinga, dentre eles se encontrava esse pesquisador.

Esse fato foi comprovado em nosso estágio interdisciplinar quando foi utilizado a pesquisa-ação¹⁰. “Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo” (THIOLLENT, 2009, p. 16). Foi durante os estágios interdisciplinares em Populações Diferenciadas e Gestão Educacional, no qual nos propomos a fazer um trabalho com a Lei 11.645 nas escolas públicas municipais. Assim, fomos buscar os moradores antigos da cidade para registrar a chegada dos primeiros negros em sua história. Dessa maneira, descobrimos os precursores da matriz religiosa do Candomblé Angola em Itapetinga.

Nesse contexto, decidimos como trabalho monográfico investigar a matriz africana religiosa em Itapetinga e o instrumento metodológico recaiu sobre a memória, pois essa segundo Bosi (2010), permite reconstruir as experiências do passado, além de ser um cabedal infinito para as coletas de dados. Foi assim, que acabamos construindo uma amostragem, trazidas pelas recordações de estratos econômicos e culturais diferenciados da população itapetinguense. Dentre esses, trazemos aqui as vozes de uma professora, uma herdeira dos fazendeiros, uma descendente do primeiro candomblé da cidade e um funcionário público.

Como essas memórias também viveram dentro do desenvolvimento social e histórico de Itapetinga, recebemos a permissão de três dos recordadores para trazer em seus relatos os seus prenomes. Porém, a professora que nos concedeu a sua memória não permitiu que utilizássemos o seu nome verdadeiro, assim, especificamente nesse caso, resolvemos batizar pelo nome de Maria do Carmo. Dentro dessa condição, ainda alertando ao leitor que colocaremos as falas dos nossos depoentes em itálico e o recuo com fonte dez (10), para assim, diferenciar de outras interlocuções, traremos a memória de uma religião negra, rompendo com a ideia que em Itapetinga só houveram os princípios cristãos.

A formação identitária Banto/ *Bantu* em Itapetinga

Como utilizamos a memória como fonte de pesquisa, inicialmente empregamos o relato do Senhor Esmeraldo Emetério de Santana, o *Tata Xicarangoma*¹¹ do Terreiro *Tumba Juncará*, recolhido pela pesquisa de Adolfo (2009), no Encontro de Nações-de-Candomblé ocorrido em Salvador em 1984, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da

¹⁰ Essa abordagem metodológica faz parte da exigência dos estágios efetuados.

¹¹. Nome que o adepto do Candomblé Angola recebe após a sua iniciação ao culto, tal *dijina* (nome) não tem tradução dentro do português.

Universidade Federal da Bahia -UFBA (CEAO). Como apresenta o depoente as casas mais antigas de Candomblé de origem Angola/Bantu são:

A casa de Congo o *Calabetã*, pertencente a Senhora Maria Corqueijo Sampaio, *dijina Malamdiasambe*¹², seguida da casa de Gregório *Maquende* e depois a de Roberto Barros Reis, iniciador de Maria Neném a quem deixou como herança a Nzós Tumbansi (ADOLFO, 2009, *online*).

Na memória do recordador se encontra o “fio condutor” para poder assim identificar a possível matriarca do Candomblé Angola/Congo/Bantu na Bahia. Porém, as práticas utilizadas pela matriarca do Candomblé Angola-Congo/Bantu, da Senhora Maria Neném, são oriundas de

Cabinda e talvez por isso ela seja considerada a mãe do Angola, porque Cabinda nesse momento histórico já fazia parte da colônia angolana, pertencente aos portugueses, apesar da cultura Cabinda ser de extrato Congo, onde se fala uma das línguas do universo linguístico *kikongo*, acrescendo-se o fato de que a origem da maioria dos *Munkisis* cultuados no Brasil é de origem congoleza, e, aliás o próprio termo *Nkisi* é de origem linguística do universo linguístico *bakongo* (ADOLFO, 2009, *online*).

Pelo depoimento de Adolfo (2009), Roberto Barros foi o iniciador de Maria Neném, conhecida como Maria Genoveva do Bonfim, matriarca da tradição do Candomblé Angola na Bahia. “*Bela Baiana, moradora da cidade de Salvador, foi a iniciadora de Josefa Florentina Almeida, a primeira Mame”tu*¹³ *de Nkisi a chegar na cidade de Itapetinga*” (DONA NEIDE, 2018)¹⁴. Esse fato trazido pela memória de Dona Neide, ainda é acrescido pelo seguinte depoimento: “*ela chegou em 1942, juntamente com sua família, essa mulher negra seria conhecida como Zefinha de Odé Egunitá*¹⁵, *a “Filha de Santo”*¹⁶ *de Bela Baiana, que de matriz religiosa Bantu*¹⁷ *era neta de africanos*”(DONA NEIDE, 2018).

¹² Idem nota de rodapé nº 11.

¹³ Idem nota de rodapé nº 11.

¹⁴ Recordação concedida a esse Pesquisador em abril e maio de 2018, totalizando 108 minutos.

¹⁵ Entendido no Candomblé Angola como Senhora de *Eguns*, a *Egunitá* é uma das nove *Oyas* de culto Igbalé e sem dúvida a mais famosa, por ser habitante da floresta sua *kizila* (*Ewo*) é a fumaça. Deusa do espírito dos mortos, não possuía filhos, mas desejava ser mãe, então dentro da floresta da morte ela conseguiu parir nove vezes. Com seus nove filhos *Eguns*, recebeu o encargo de guiar os mortos nas nove fazes do desencarne.

¹⁶ Para sobreviver às perseguições, os adeptos do candomblé *Ketu* passaram a associar os *Orixás* aos santos católicos, em um processo de sincretismo religioso. A Rainha dos mares e dos oceanos - Iemanjá - foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Iansã - a Deusa dos ventos e das tempestades - a Santa Bárbara; Oxalá - o pai de todos os Orixás - ao Senhor do Bonfim; e assim por diante. A Filha ou Filho de Santo representa (dentro desse pensamento sincrético) entre a nação Ketu e a os Santos católicos, o sacerdote do Orixá. Esse mesmo princípio utilizado pelo Candomblé Angola, que por sua vez, manteve o seu sincretismo associado ao Ketu.

¹⁷ O *Banto* ou Bantu refere-se a um tronco linguístico que originou diversas outras línguas no centro e sul do continente Africano.

Segundo Amin (2009), existe uma dificuldade em localizar bibliografias que tratem acerca do Candomblé Angola, sobretudo na Bahia, sinalizando a construção de um ideal de culto assentado na tradição *Jejê e Nagô/Yorubá*, em contraposição ao mítico-ritual angola/banto. Nesse aspecto, não é considerado que

[...] os primeiros escravos africanos a chegarem no Brasil foram os negros de origem *Bantu*. Chegaram por volta de 1560, trazidos da África Sul-Equatorial, em sua grande maioria vinham de *Ngola* (Angola), do *Kongo* (Congo), Costa do Golfo da Guiné, Moçambique e Zimbábue. Falavam a mesma língua, porém traziam com eles muitos dialetos cerca de 270, representando 2/3 do continente africano, chamado de África Negra. Citei algumas dessas línguas faladas pelos negros de origem Bantu: *Ajaua, Bemba, Kuanhama, Ganguela, Iaka, Lingala, Makúa, Nhaneka, Nhungue, Nianja, Kikongo, Kimbundu, Kuinguana, Kioko, Ronga, Suaíle, Sutho, Tonga, Umbundu, Yangana, Shona, Zulu* entre outras. A língua *Kimbundu* (originária dos povos Angolanos- *Ngola*) e a língua *Kikongo* (originária dos povos *Bakongo- Kongo*) são as mais usadas nos templos religiosos de cultura e tradição *Ngola Kongo* no Brasil. As letras “C” e “Q” não fazem parte dos vocabulários *Kimbundu e Kikongo*, são substituídas pela letra “K” (KIRETAUÃ, 2018, *online*).

Tomando o depoimento obtido de *Kiretauã* (2018), podemos inferir que a questão de uma identidade religiosa originada na “África Negra”, constituiu-se dentro do Brasil como uma forma efetiva de socialização, haja vista, ter assegurado questões que ultrapassaram o sentido da crença ou da fé. Isto significa, que a religião, muito mais que a fé, ordem individual, trouxe coletivamente a consciência de pertencimento dos grupos negros, distintos em línguas, costumes e tradições (OLIVEIRA, 2007). Essas tradições trazidas pelos povos *Bantu* em Itapetinga foi nos relatado pelas memórias de nossa recordadora Dona Neide (2018), ao afirmar que, “*Zefinha em seu Candomblé, cultuava Munkisis do panteão bantu [Divindade] e preservava na forma falada a língua Kimbundu [originário dos povos Angolanos-Ngola] e Kikongo [originária dos Bakongo-Kongo]*”

Essa característica mostra que a primeira moradora mulher, negra e matriarca da religião do candomblé em solo itapetinguense traziam consigo a cultura e o costume do povo africano originado do *Candomblé Angola/Congo*. Esse “traço é particularmente importante uma vez que a discussão sobre as identidades vai adquirir relevância, sobretudo, a partir do final do século XX e se configurar como tema de grandes polêmicas e controvérsias (AMIN, 2009, p. 21), acerca das comunidades africanas. Ao trazer as tradições culturais e religiosas de descendência africana em Terreiros de Candomblé, associadas à nação Congo Angola, afirmamos a sua importância para além dos trabalhos científicos que, privilegiam a origem *Ketu (Yorubá) e Jejê (Fon)*. “Dar visibilidade [para o] legado afro-brasileiro de herança congo-angolano é centrar esforços

[...] a ancestralidade, a musicalidade, a ludicidade, a corporeidade e a religiosidade” (NUNES, 2003, p.1).

Nesse sentido, que destacamos a importância da memória do Nzós do Candomblé Angola, em Itapetinga, nas palavras de Dona Neide (2018):

Zefinha de Odé Egunitá era minha mãe, quando ela veio embora para Itapetinga eu tinha dois meses de idade, isso significa que estamos falando do ano de 1942. Foi exatamente nessa época, que ela abriu o seu Terreiro de Candomblé aqui. Itapetinga ainda era muito espalhada, havia casas perto da Igreja Batista que era uma área central da cidade, algumas casas perto das olarias e foi a família da minha mãe a primeira a construir as moradias de taipa no que hoje é chamado de Ponto Certo. Só que devido as enchentes, acabamos mudando para o Bairro Camacã, ali já existia um maior desenvolvimento urbano, além disso, por ficar próximo a área central o Delegado da época proibiu a minha mãe, ou Zefinha de Odé Egunitá, como era conhecida na cidade, de tocar o candomblé. Com isso, fomos obrigados a nos deslocar para a periferia da Nova Itapetinga, que ainda é chamado por Piaba. Minha mãe era de Odé que também é conhecido como Oxóssi [sincretismo Angola/Ketu]. Essa era uma homenagem ao dia do seu nascimento que ocorreu em 23 de abril [dia da comemoração da Igreja católica ao santo São Jorge – Sincretismo Católico/Ketu]. Ela tocou o Candomblé Angola até o dia da sua morte. Após, o seu falecimento, mesmo mantendo a sua crença como algo vivo, infelizmente, posterior ao meu casamento parei com os trabalhos, pois, o meu esposo, por ser protestante, me proibiu (NEIDE, 2018)¹⁸.

Com isso comprovamos que a criação do espaço do Candomblé Angola foi anterior ao tempo da emancipação da cidade ocorrida em 12 de dezembro 1952. Dessa maneira chegou apenas quatro anos depois da Fundação da primeira Igreja Batista na cidade. Fazer menção a presença do Terreiro de Zefinha de Odé Egunitá nessas terras é remeter ao um passado que não pode ser esquecido pela memória do Itapetinguense. Mas, infelizmente, como narrou Dona Neide, após a partida de sua mãe, ela ficou impossibilitada de seguir a religião por causa do esposo que é protestante.

Outra memória que deve ser contada se encontra em Moreira (2016, p. 168), trata-se da memória de Dona Adotiva Almeida Chaves. Como ela mesma relata, apesar de “ser católica é cuidadora da Roça que pertenceu a Nerisvaldo Lourenço da Silva”. Ele, segundo as palavras de Dona Adotiva, foi “um, entre os pais de santos mais famosos da Bahia”. Continua Dona Adotiva relatando que, o “Candomblé daqui foi a raiz, mas, tem ramificações em outros lugares, como em Angra dos Reis e Volta Redonda, só que aqui, o Candomblé não está mais em atividade constante ou encontros semanais” (MOREIRA, 2016, p. 169). Nerisvaldo, antes de morrer, de acordo com Dona Adotiva tinha mais de cem (100) filhos de Santo. Ele “era filho de *Omolu* (cabeça) e *Oxum* (colo). Até hoje, a Roça possui vários quartos

¹⁸ Memória colhida por esses pesquisadores em 03 de maio de 2018. Tempo de duração 180min.

para os santos” (MOREIRA, 2016, p. 170). Nerisvaldo segundo Dona Adotiva veio da Região de Ubaitaba-BA, quando chegou a Itapetinga ele ganhou ou comprou o terreno do Prefeito Jose Vaz Espinheira, espaço onde construiu a Roça (MOREIRA, 2016).

Como nos relatou de Dona Neide (2018), *“a Roça de Nerisvaldo foi o segundo candomblé estabelecido em Itapetinga, anos depois do Candomblé de Zefinha de Odé Egunitá, isso ocorreu em 1955”*. Continua dizendo que *“Nerisvaldo tinha dijina Katurazambi”*, motivo que nos leva a afirmar, que por essa especificidade, também esse era um candomblé de tradição litúrgica Angola, mesmo mantendo o sincretismo com o Candomblé Ketu. Com a apropriação desses relatos, cabe afirmar que o currículo escolar da cidade não pode deixar de fora essa história social e religiosa, como rege a Lei 11.645 de 2008. Disso depende a decolonização de um espírito itapetinguense que tem enraizado nos preconceitos religiosos, simbólicos, culturais e sociais que, a religião de origem africana é coisa do demônio, como veremos nos depoimentos acerca de um patrimônio público: a Rótula dos Orixás.

O estigma da Rótula dos Orixás

Sendo *“o primeiro monumento de representação do panteão africano erguido no Estado da Bahia”*, como nos narra Dona Kátia (2018)¹⁹, a representação do Nkisi *Lembá*, *Nkisi Nkosi* e *Nkisi Kavungo*, já enfrentaram como divindades do Candomblé Angola, um problema conceitual, quando o lugar onde foram erguidos pelo escultor Manoel Bonfim, ganhou o nome de Rótulas dos Orixás. Tudo começou de acordo com a Dona Kátia (2018), *“pelo desejo do Doutor José [José Vaz Espinheira] em querer “construir uma Itapetinga futurista, assim tinha de possuir um monumento que simbolizasse a própria religião cultuada na Bahia”*.

A Rótula dos Orixás em Itapetinga *“foi inaugurada em 12 de dezembro de 1981”* (DONA KÁTIA, 2018). Essa obra, segundo Moreira (2016), está localizada em um ponto estratégico no município, fazendo a ligação entre o centro da cidade e os bairros adjacentes. Por volta de sua construção, de acordo com Moreira (2016), o seu valor econômico e a própria mobilidade urbana que traria a cidade, não foi levado em consideração pelos

¹⁹ Memória recolhida por esses pesquisadores em 14 de agosto de 2018, tendo como duração 180min.

moradores, devido Espinheira ter mandado colocar, no centro da praça, monumentos do escultor Manoel Bonfim, que trazia a homenagem ao Candomblé.

Segundo a memória de nosso recordador Maciel (2018)²⁰ “a Rótula dos Orixás possui oitenta (80) metros de circunferência, tendo o monumento construído por Manoel Bonfim em peça única, que reverencia as três divindades do Candomblé Angola”. Continua narrando Maciel (2018), que esse Monumento “possui dois metros e meio de altura, tendo como cobertura uma haste de três aros medindo sete metros”. O significado religioso da Rótula dos Orixás, que foi tão criticado pelo povo de Itapetinga, para Espinheira era uma expressão de grandiosidade, isso fica evidente nas palavras de Dona Kátia (2018), quando nos relata que:

Manoel Bonfim, que era uma pessoa mística foi algumas vezes a Salvador e na época Dr. José estava fazendo a transposição do Rio Catolé para construir a Central de Abastecimento e queria que ali tivesse algo que representasse a Bahia. Na mesma época, já se cogitava a construção dos Orixás no Dique do Tororó em Salvador. Lá em Salvador eles pensavam em construir utilizando ferro, pois iriam ficar na água, aqui em Itapetinga seria diferente, no lugar onde as divindades ficariam era água e precisou ser terraplanado. O local foi escolhido estrategicamente, pois ali é uma encruzilhada e por isso o monumento foi colocado ali para proteger todos os caminhos de Itapetinga.

Essa obra construída na terceira (3ª) gestão de José Vaz Espinheira (1977 a 1983), foi a única homenagem feita ao dia 12 de dezembro, data que comemora o aniversário da emancipação de Itapetinga, que fugiu das celebrações de viés protestante, como nos mostra Moreira (2016), ao citar que além dos cultos evangélicos, atualmente ainda se tem a Marcha para Cristo. Logo essa relação de diversidade e religiosidade esteve presente também no pensamento idealizador do Prefeito José Vaz Espinheira, sobre esse aspecto Amin (2009) afirma que não é raro, encontrar na atualidade elementos que remetem às culturas africanas. Ou seja, esses elementos podem ser culturais, patrimoniais, linguísticos, folclóricos, nas vestimentas, nas comidas, enfim, faz parte do cotidiano do brasileiro, como também do itapetinguense.

Nesse sentido, mesmo diante de todo processo de invisibilidade do negro na história oficial de Itapetinga, torna-se impossível não reconhecer a presença o do candomblé Angola em Itapetinga. Mas, a negação dessa herança negra é tão fortemente marcada, que encontramos nas palavras da nossa recordadora o seguinte:

A Bahia é mística e Dr. José era católico, a família é católica, nós todos somos católicos, porém alguns desvirtuam essa realidade, por sermos seres místicos. O Dr.

²⁰ Memória recolhida por esses pesquisadores em 30 de agosto de 2018, com 40 minutos de duração.

José era um homem muito inteligente, culto e que sabia da sua origem católica. Mas, reconhecia que havia uma história dos negros e como tais, cultuavam essas autoridades [(DONA KÁTIA, 2018).

Sobre esse relato podemos analisar que existiu, uma relação entre os Nkisi e os Orixás, entre os Orixás e os Santos Católicos, essa dobradinha no senso comum, traduzida pelo sincretismo Candomblé Angola/Bantu e o Ketu/Yorubá, ou entre o Ketu e a Igreja Católica, mostra que, de certa forma, havia uma convivência entre as religiões. Mas se Espinheira se sentia assim, o mesmo não pode ser tomado para a realidade de Itapetinga, pois, como nos relata Dona Katia (2018), na inauguração da Rótula dos Orixás,

A Mãe Menininha do Gantois²¹ ou Ilê Axé Iyá Omin Iyamassê, que havia sido convidada um dia anterior, junto aos filhos de Gandhi, para realizar os fundamentos religiosos do Monumento, não foi chamada para a inauguração da Rótula do Orixás,, por uma questão de respeito do Dr. José para com os Batistas da cidade.

Porém, naquele dia que antecedeu o dia doze (12) de dezembro de 1981,

Houve um grande cortejo, lembro-me de ter muitas baianas muito bem trajadas, dos filhos de Gandhi, da alegria de Dr. José, da magnitude do Monumento e da lavagem do local. É isso que me lembro, pois estava com as crianças pequenas e tinha uma grande aglomeração de gente e as crianças já estavam incomodadas (DONA KÁTIA, 2018).

Pode-se acrescentar a partir de tal relato que os preconceitos não foram originados da tríade Angola/Ketu/Católica, mas resquícios do pensamento protestante. Essa afirmação pode ser verificada na pesquisa de Moreira (2016), mas também, nas palavras da Professora Maria do Carmo (2018)²², quando relata que a “Rótula dos Orixás me causa estranhamento e medo”. Ainda segundo Maria do Carmo (2018):

A Rótula dos Orixás foi um estigma desde a sua construção, foi motivo de discórdia, curiosidade e medo. Em uma cidade de predominância Cristã, se pensar em erguer um monumento representando as “divindades” africanas já seria uma afronta aos padrões cristãos presentes nas terras itapetinguenses.

Como foi expressado por Prandi (2007), se o conto africano não for conhecido será sempre ignorado; tudo aquilo que é desconhecido se torna rejeitado porque amedronta. Tomando esse critério para a atualidade do território de Itapetinga, percebemos ainda ser muito latente o temor e o preconceito contra a cultura, a religião e ao negro, havendo na memória da cidade uma demonização das divindades de origem africana.

²¹ Maria Escolástica da Conceição Nazareth liderou a casa de candomblé Ilê Iyá Omin Ase Iyamassê, localizada em Salvador (BA), no bairro do Gantois, por sessenta e quatro anos.

²² O nome da professora é fictício devido ao fato desse pesquisador não ter conseguido a autorização da mesma para utilizar o seu real nome. A sua memória foi colhida por esses pesquisadores em 28 de abril de 2018. Tempo de duração 40min.

Considerações Finais

Tomando como parâmetro a Legislação Brasileira e o Caráter Confessional do Ensino Religioso, para além da história de Itapetinga, no Brasil, sempre existiu uma base cristã-colonial e escravocrata com a anuência da Igreja Católica de Roma, produzidas pelos mecanismos educacionais empregados pela Companhia de Jesus. Esse modelo educacional dominante, mesmo com a expulsão dos jesuítas efetuados pelo Marquês de Pombal em 1759, não foi alterado. Tanto que na época da Primeira República (1889/1930), o Decreto Nº 119-A de sete (7) de janeiro de 1890 traz no Artigo 1º a proibição a qualquer “autoridade Federal, e assim aos Estados que a compõe, promulgar qualquer tipo de lei ou decreto, bem como atos administrativos estabelecendo alguma religião, afim de não causar diferenças entre os habitantes do País” (BRUNEAU 1974, p.31-32).

A expressão “alguma religião”, como mostra Bruneau (1974), trata-se de qualquer religião que fosse divergente da Católica Apostólica Romana. Se tomarmos esses fatos ocorridos no passado dentro da atualidade, podemos analisar que quando se trata da Religião do negro pouca coisa mudou. Mesmo havendo nos dias atuais leis totalmente diferenciadas do Decreto Nº 119-A, sobretudo dentro da educação, como a 11.645/2008, que assinala a inclusão ao currículo escolar do estudo sobre a história indígena e do negro no território brasileiro (BRASIL, 2008, *online*).

No entanto, a cultura da ignorância sobre as religiões de origem africanas continua a existir no território nacional. Tal conjectura, somado a visão religiosa do neopentecostalismo, coloca uma amarra sobre a condição do Estado Brasileiro em se designar como laico e plural. Basta analisar que até a atualidade o Artigo 33º da LDB não fez cumprir dentro das escolas, já que não tem a construção de um “cenário pluri-religioso-democrático-laico para as diferentes tradições religiosas” (NASCIMENTO, 2012, p.75).

Completando esse quadro, o Brasil pós Golpe 2016²³ e prenúncio da Eleição de 2018²⁴, ainda traz através de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 27 de setembro de 2017, a possibilidade que o estudo da religião dentro da escola seja confessional e parte integrante da formação básica do cidadão. Essa implementação da

²³ A destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi considerado pelos setores progressistas da sociedade como um golpe de Estado.

²⁴ Embalado por um clima de antipetismo (contrários ao Partido dos Trabalhadores – PT), 57,7 milhões de eleitores brasileiros elegem no dia 28 de outubro, em segundo turno, o candidato do Partido Social Liberal (PSL), o ultradireitista de sessenta e três (63) anos, Jair Bolsonaro.

legislação dentro das escolas, pode ser vista como o modelo da tradição religiosa cristã novamente dominando oficialmente o Estado, afinal, “esse modelo esteve presente no Brasil desde o período colonial (NASCIMENTO,2012, p.83).

Ao ser analisada as determinações legais do STF e as críticas organizadas por Nascimento (2012), compreendemos as proibições: do aborto, da poligamia conjugal ou da legalização da união homoafetiva. Essas questões sociais são ainda no Brasil considerados como tabus e/ou pecados, por essa razão, culturalmente não são inseridos nos currículos escolares. Com toda essa manta preconceituosa elitista, cristã e branca, incluindo, o fato de Itapetinga ter nascido sob a égide da Religião Protestante Batista, como pode ser verificada na pesquisa de Moreira (2016), fica quase impossível, na cidade, se fazer cumprir a Lei 11.645 ou tratar da gênese do Candomblé Angola-Congo/Bantu dentro da construção social do itapetinguense.

REFERÊNCIAS

ADOLFO. Paulo Sergio, Maria Genoveva do Bonfim: O Nascimento da Nação Gongo-Angola no Brasil. Publicado em 17 de novembro de 2009: In: *Nnzó Tumbansi*. Disponível em: inzotumbansi.org/.../maria-genoveva-do-bonfim-o-nascimento-da-nacao-congoangol. Acessado em: 17 de julho de 2018.

AMIM, Valéria. **Águas de Angola em Ilhéus**: um estudo sobre construções identitárias no Candomblé do Sul da Bahia. Tese de Doutorado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2009, 303p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3º ed. SP: CIA das Letras, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 10 de março de 2017.

_____. **LEI 11.645 de 2008**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 05 de maio de 2015.

_____. **LEI 10.639 de 2003**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 03 dezembro de abril de 2015.

_____. **LEI 9394/96**. (LDB). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 03 dezembro de abril de 2015.

_____. **Lei Nº 9.475**, de 22 de julho de 1997 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 03 dezembro de abril de 2015

BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** – São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA JR, Henrique, Candomblé, Origem, Significado e Funcionamento. (2011). Disponível em <http://www.afreaka.com.br/notas/candomble-origem-significado-e-funcionamento/> <acessado em: 13 de maio de 2014.

DICIONÁRIO: **Kimbundu e kikongo**. Disponível em: <https://ndanjikazenze.webnode.pt/dicionario-kimbundu-e-kikongo->. Acessado em 13 de maio de 2014.

GOMES, Maurício: **Itapetinga, quero te conhecer**. Edição revisada, São Paulo: Scortecci, 2013.

IBGE. **Cidades// Itapetinga**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (/2017). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 04 de maio de 2018.

_____. **Cidades brasileiras**. (2017). Disponível em: www.ibge.gov.br/brasil/ba/itapetinga. Acessado em quatro de abril, 2018.

KIRETAUÃ Tata. **Um pouco da História da Chegada dos Povos Bantu no Brasil**. (2016). Disponível em <https://tatakiretaua.webnode.com.br/materias/um-pouco-da-historia-da-chegada-dos-povos-bantu-no-brasil>. Acessado em 20 de junho de 2018.

LEÃO Diogo Abreu. **Abolição da Escravatura Brasileira**. (2018) Disponível em: <http://www.politize.com.br/abolicao-da-escravatura-brasileira/> Acessado em: junho de 2018.

MOREIRA, Jussara Tânia Silva. **A IGREJA E A PRAÇA: Os Batistas da Cidade De Itapetinga-Bahia (1938-2013)**. Tese (doutorado em ciências sociais) - programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: Dr. Marisa Do Espírito Santo Borin. PUC/SP. 2016, p.302.

NASCIMENTO, Sergio Luís do. **Relações Raciais e o ensino Religioso no Brasil**. Nandyala, 2012.

NUNES. Erivaldo Sales. **HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CANDOMBLÉ BATE FOLHA EM SALVADOR/BA (1916-1966): PERCURSOS METODOLÓGICOS. XXVII SIMPÓSIO ANPUH - Simpósio Temático 080: História e representações religiosas – memória, identidades e território, 2013**. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais>. Acessado em 01 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de.; OLIVEIRA, Orlando J. R. de. **Na trilha do caboclo: cultura, saúde e natureza**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

PRANDI, Reginaldo **CONTOS E LENDAS AFRO-BRASILEIROS: A CRIAÇÃO DO MUNDO**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SUN FLOWER, **O Princípio da História do Candomblé no Brasil: o Povo Bantu** (2011). Disponível em <http://monatolacy.blogspot.com/2011/08/o-principio-do-candomble-no-brasil-o.html>. Acessado em 17 de agosto de 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2009.